



Julgados em números

Nº 16

Esta é uma publicação que analisa quantitativamente a jurisprudência da 2ª Instância do TJMG, com base em temática e critérios preestabelecidos.



Tema: Ação de Prestação de Contas - Pensão alimentícia

TOTAL DE DECISÕES ANALISADAS: **45** DATA DE PUBLICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS: **22/12/2014 a 31/7/2024**

No âmbito do Direito de Família, o interesse do menor direciona as decisões em seu proveito, tendo a Lei nº 13.058/2014 definido critérios para a prestação de contas alimentares.

Apurou-se que, no TJMG, são distribuídas ações cujo objetivo é a prestação de contas por aquele que detém a guarda da criança ou administra seu patrimônio. A partir dessas informações, elaborou-se pesquisa específica sobre o universo dessas ações.

NOS PROCESSOS ANALISADOS, FOI DETERMINADA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PENSÃO ALIMENTÍCIA?

75,6%

Não

24,4%

Sim

QUAIS OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS UTILIZADOS PARA A NEGATIVA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS?*

**Alguns pedidos foram negados por mais de um fundamento.*

8,8%

Ausência de legitimidade

47,1%

Não demonstrada a existência de indícios que a pensão está sendo mal aplicada

50%

Princípio da Irrepetibilidade dos Alimentos

"A irrepetibilidade dos alimentos é um princípio jurídico que significa que não deve haver devolução de valores pagos a título de alimentos (...)". Rodrigo da Cunha Pereira

Dispositivos legais mais acionados:

- Código Civil, art. 1583, §5º31 citações
- Código Civil, art. 1589 18 citações
- CPC 2015, art. 550 15 citações

Jurisprudência dos Tribunais Superiores mais citada

- STJ - Resp. 1.814.639 – RS 14 citações
- STJ - RESP. 1.911.030 – PR 14 citações
- STJ - REsp 1.637.378 – DF 7 citações

CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Termos buscados: "Ação"; "Exigir contas"; "Alimentos"



Dúvidas ou sugestões: julgados.emnumeros@tjmg.jus.br
Para outras edições, acesse a **Biblioteca Digital do TJMG**.